

Proposta de redação

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir, e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da Língua Portuguesa sobre o tema “**Educação inclusiva em questão no Brasil**”. Apresente proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Presença de aluno com deficiência em classe comum do ensino básico cresce 5 vezes desde 2003

Um total de 751 mil pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial tiveram assegurado o direito de frequentar escolas da rede regular no País

O Brasil aumentou em cinco vezes o número de matrículas de pessoas com deficiência em classes comuns da educação básica e em seis vezes e meia na educação superior desde 2003, quando o governo instituiu as primeiras políticas públicas estruturantes na perspectiva de inclusão escolar para essa parcela de estudantes. “É um avanço importante e que coloca o Brasil como referência entre os países da América Latina”, afirma a diretora de políticas de educação especial do Ministério da Educação (MEC), Martinha Clarete Dutra dos Santos.

De acordo com dados de 2015 do Censo da Educação Básica, 751 mil pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial tiveram assegurado o direito de frequentar escolas da rede regular no País. “Passamos de um percentual de 13% de matrículas na educação básica, em 1998, para 79% em 2014”, diz Martinha. “Se considerada somente a rede de educação básica pública, o percentual de inclusão na educação básica é ainda maior, chegando a 93%”.

Na formação superior, o Brasil saiu de 5 mil matrículas para, em 2014, atingir 33,4 mil alunos com deficiência em cursos de graduação.

[...]

PRESENÇA de aluno com deficiência em classe comum do ensino básico cresce 5 vezes desde 2003. **Portal Brasil**, Brasília, 4 abr. 2016. Disponível em: <www.brasil.gov.br/educacao/2016/04/educacao-inclusiva-brasileira-e-referencia-na-america-latina>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Texto 2

Com avanços na educação, Lei Brasileira de Inclusão completa um ano

Com punições para atitudes discriminatórias e com mudanças em áreas como a educação, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), que foi criada há um ano (em 6 de julho de 2015) e entrou em vigor há seis meses (em 2 de janeiro de 2016), representou um grande avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

— A lei avança na cidadania das pessoas com deficiência ao tratar de questões relacionadas a acessibilidade, educação e trabalho e ao combate ao preconceito e à discriminação. Ela cria um novo conceito de integração total. Questões que eram desconsideradas agora terão que ser discutidas — afirma o senador Paulo Paim (PT-RS), que foi o principal responsável por iniciar o debate sobre a Lei Brasileira de Inclusão no Congresso Nacional há 15 anos, quando era deputado federal.

[...]

No âmbito da inclusão escolar, a Lei Brasileira de Inclusão obriga as escolas privadas a acolher os estudantes com deficiência no ensino regular e a adotar as medidas de adaptação necessárias sem que nenhum ônus financeiro seja repassado às mensalidades nem às matrículas.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), que representa as escolas particulares, questionou a norma por acreditar que ela comprometeria o orçamento dos estabelecimentos de ensino. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a exigência, considerando-a constitucional.

COM AVANÇOS na educação, Lei Brasileira de Inclusão completa um ano. **Agência Senado**, Brasília, 5 jul. 2016. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/05/com-avancos-na-educacao-lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Texto 3

[...]

A construção de escolas de boa qualidade e inclusivas para todos deve, [...], necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de aprimoramento profissional docente, com vistas a prepará-los pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sociocognitiva e experiencial dos estudantes por meio de enriquecimento de conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e a justiça social.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: **Ensaios Pedagógicos** – Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Instruções:

- O texto deve ser escrito a tinta e em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Dica de redação nota 1000

Demonstre que sua redação foi planejada. Apresente as ideias pouco a pouco, seguindo uma ordem lógica.

Nome: _____

Nota:

Turma: _____ | Número: _____ | Data: ____/____/____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Grade sugestiva de correção

Critério/Competência	Observar	Nota (de 0 a 200)
1. Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	Desvios ortográficos (o que inclui adequação à nova ortografia da Língua Portuguesa), adequações gramaticais e repertório lexical variado e adequado ao tema.	
2. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	Adequação ao tema proposto e à estrutura do texto dissertativo-argumentativo. Presença de recorte temático significativo que contemple aspectos relacionados aos desafios, avanços e resultados das mudanças efetivadas no sistema educacional brasileiro a partir da Lei Brasileira de Inclusão. Obs.: Redações que tangenciem o tema devem ter desconto na pontuação, mesmo que apresentem estrutura adequada do texto dissertativo-argumentativo.	
3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Uso de argumentos válidos, que defendam um ponto de vista, e organizados de forma coerente, resultando no desenvolvimento claro de ideias ao longo do texto.	
4. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	Ênfase ao uso adequado dos instrumentos coesivos ao longo da construção da argumentação. Encadeamento de ideias de forma coerente evitando redundâncias, contradições, discursos vazios, paráfrases e textos prolixos. Texto com introdução, desenvolvimento e conclusão.	
5. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	Posicionamento crítico e sugestão de soluções para as questões propostas sem violação de leis ou desrespeito de qualquer natureza aos direitos humanos.	

Diretor editorial

Lauri Cericato

Gerente editorial

Sandra Carla Ferreira de Castro

Autora

Maria Catarina Bózio

Editor

Júlio César D. da Silva Ibrahim

Colaboradora

Thaíssa Tilton

Gerente de produção editorial

Mariana Milani

Coordenadora de produção editorial

Luzia Estevão Garcia

Coordenadora de preparação e revisão

Lilian Semenichin

Supervisora de preparação e revisão

Adriana Soares de Souza

Preparadora

Amanda Lenharo di Santis

Revisoras

Adriana Moreira Pedro

Lilian Garrafa

Supervisora de iconografia e licenciamento de textos

Elaine Bueno

Gerente de arte

Ricardo Borges

Coordenadora de arte

Daniela Máximo

Supervisor de arte

Fabiano dos Santos Mariano

Editor de arte

Francisco Lavorini